



EMIR SADER¹

BRASIL, DE GETÚLIO A LULA

Atualmente, o Brasil vive um momento diferenciado da sua história política, uma história que, em 2010, completará suas oito décadas mais importantes. Desde 1930, nosso país passou por imensas transformações, em um processo que manteve, ao mesmo tempo, elementos de continuidade e elementos de ruptura. Isso fez mudar sua fisionomia econômica, social, política e cultural, de forma profunda e irreversível. De país rural, tornou-se urbano. De agrícola, industrializado. De um Estado restrito às elites, passou-se a um Estado nacional. De país voltado ao exterior, passou-se a outro voltado sobre si mesmo. De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam ao começo do século XXI caracterizados por uma circunstância nova. Ela pode tanto se fechar, sob a forma de um marcante parêntese, como se tornar uma ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e para a continuidade em um novo patamar da construção de um país justo, democrático, soberano.

A ruptura mais importante aqui se deu em 1930. Até aquele momento, grandes pactos de elite bloqueavam a possibilidade de o

¹ Emir Simão Sader é cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP). É secretário-executivo do Clacso (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) e dirige o Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-Uerj). É autor, entre outros livros, de *Século XX - Uma biografia não-autorizada* (Ed. Fundação Perseu Abramo), *A nova toupeira e A vingança da história* (Boitempo). Coordenou, ao lado de Ivana Jinkings, a *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*, também publicada pela Boitempo.





povo assumir o protagonismo da história do país. Diferentemente do que ocorreu com outros países do continente – excetuando Cuba e Porto Rico –, a independência em solo nacional adveio não da expulsão dos colonizadores, mas da primeira expressão do transformismo, conforme o sentido que lhe deu Gramsci. Por meio daqueles acordos de elites, passamos da colônia à monarquia, e não à república. Fomos o país que mais tarde aboliu a escravidão, enquanto o domínio do latifúndio no campo se consolidou, em um sistema que perpetuou os laços com a metrópole colonial e a concentração da propriedade rural.

A crise de 1929 determinou o esgotamento do modelo econômico que tinha orientado a nossa inserção – como país colonizado – no mercado internacional, por intermédio da exportação de matérias-primas. Foi o momento em que as grandes potências controladoras do nosso comércio exterior se declararam em crise e reduziram drasticamente suas exportações e importações. Os efeitos foram tão graves que praticamente todos os governos da América Latina caíram – mesmo os progressistas, como o de Hipólito Yrigoyen², na Argentina.

A Revolução de 1930 introduziu um novo período, cujo marco se deu com a quebra da chamada “política do café com leite”. A presidência passou das mãos de Washington Luís – um mandatário que afirmara que “a questão social é uma questão de polícia”, o último presidente paulista antes de Fernando Henrique Cardoso, ambos nascidos no Rio de Janeiro, mas adotados pela elite paulista – para Getúlio Vargas. Este, em seu governo, fez o Estado assumir responsabilidades sobre os direitos sociais, passando a se referir aos brasileiros, em seus discursos, como “trabalhadores do Brasil”. O fundamental de seu legado foi a criação de um Estado nacional, sucedendo a um consórcio das elites econômicas e políticas regionais: a maior ruptura progressista ocorrida até então.

Nessa época, mediante políticas sociais, sindicalização dos trabalhadores, um projeto nacional e um discurso popular, fez-se

² Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús Irigoyen, conhecido como Hipólito Yrigoyen, foi por duas vezes presidente da Argentina (de 1916 a 1922 e de 1928 a 1930, ano em que foi deposto).





o reconhecimento de proporções crescentes de brasileiros em um Estado que priorizou o desenvolvimento econômico como o Norte do país. Foi o início do período mais prolongado e profundo de expansão da economia e de extensão dos direitos sociais. As oito décadas transcorridas a partir daquele momento foram marcadas por inflexões importantes, a começar pela de 1955, que redefiniu o desenvolvimento. O Estado passa a se distanciar de um caráter expressamente nacional – nele, as empresas estatais desempenhavam papel principal – para receber o ingresso maciço de capital estrangeiro, quando a indústria automobilística passou a ser o carro-chefe do desenvolvimento industrial, respondendo, de forma direta ou indireta, por um quarto do PIB brasileiro.

Desde a maior das rupturas (1930) até hoje, algumas inflexões redirecionaram a história brasileira de maneira significativa. A ditadura militar representou um desses marcos divisórios. Uma inflexão se deu com o golpe militar de 1964, substantiva no plano econômico, no plano social, com abertura econômica para capitais estrangeiros e arrocho salarial – o santo do “milagre econômico” – e no plano político, com a ruptura da continuidade democrática e a passagem para uma ditadura militar. Foi imposta pela força uma ruptura com o processo gradual de democratização social, política, econômica e cultural, predominando um modelo centrado na exportação e no consumo de luxo, associado a uma feroz repressão aos sindicatos e aos movimentos populares, com a correspondente superexploração do trabalho.

A redemocratização iniciada durante o governo do último general, João Batista Figueiredo, representou uma ruptura político-institucional que não rompeu com as bases econômicas e sociais do poder monopólico. Em vez de serem objetos de democratização, os poderes dos bancos, da terra, da grande mídia privada, dos grandes monopólios nacionais e internacionais foram fortalecidos. A eleição do primeiro presidente civil pós-ditadura, não se deu pelo voto direto, mas pelo Colégio Eleitoral, o que facilitou uma nova conciliação das elites, de modo que o novo regime se tornou um produto híbrido, com elementos do velho





e do novo. Passamos a uma democracia política sem alma social, democracia formal sob os moldes do liberalismo e sem alteração em nosso recorde negativo, a presença entre os países com maior desigualdade de renda do mundo.

Tanto que essa democracia foi funcional ao modelo neoliberal – hoje tão execrado nacional e internacionalmente. Mais recentemente, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ganhou total apoio das elites, apesar de ter acentuado a desigualdade social, concentrado ainda mais o poder econômico e fragilizado a democracia reconquistada. Com estas palavras, FHC sentenciou a inflexão de seu governo: “Viraremos a página do getulismo”. Ele tinha consciência de que o neoliberalismo – o reino do mercado, do Estado mínimo – não conseguiria impor-se sem destruir a sobrevivência do Estado nacional, regulador, indutor do desenvolvimento e distribuidor de renda. Essa foi sua obra, fracassada.

Na década passada, o extenso e radical reino do neoliberalismo tomou conta deste continente. Mas, na última década, participamos de movimentos que rejeitam aquele modelo e buscam formas de superá-lo. Pela primeira vez, desde os governos de Getúlio Vargas, por dois mandatos consecutivos, forças do campo popular dirigem o país num caminho aberto pelo governo Lula, numa era híbrida, composta por continuidades e rupturas.

Como isso foi possível, depois de 21 anos de ditadura militar e mais de uma década de governos neoliberais? Qual o fio condutor que articula o movimento popular brasileiro desde suas origens contemporâneas, na Revolução de 1930 – passando por oito décadas de acontecimentos tão significativos, progressivos e regressivos – até chegar ao complexo período que vivemos?

DA CLASSE CONTRA A CLASSE À QUESTÃO NACIONAL

As origens do movimento popular brasileiro precedem a Revolução de 1930: provêm do sindicalismo anarquista, do comunista e socialista, que, pela primeira vez, levantaram no Brasil a necessidade de uma alternativa ao sistema de poder dominante. Suas bandeiras, diretamente classistas, foram influenciadas pela





interpretação da Revolução Russa (1917) como uma revolução “operário-camponesa” e pelas lutas do movimento operário europeu. Tiveram grande mérito ao dar início à organização autônoma do movimento popular, centrada na atuação dos trabalhadores imigrantes, que, por sua vez, trouxeram experiências com as doutrinas fundadoras da esquerda na Europa – de composição urbana, sem raízes no campo. No entanto, no Brasil, a maioria da população residia na zona rural, de modo que a vertente de esquerda que se formou não elaborou estratégias específicas, assentadas na realidade brasileira. Por isso, temas candentes, como a luta contra o latifúndio, a dominação externa e a elaboração de estratégias nacionais, não eram ainda centrais para a esquerda.

A crise de 1929 apresentou os primeiros grandes desafios para o movimento popular brasileiro. Como reagir diante do esgotamento do modelo primário-exportador? Que estratégia nacional deveria ser elaborada para organizar as forças populares e constituir um bloco de transformação radical do país? Que posição tomar diante do nacionalismo?

O movimento nacionalista captou a natureza da crise e a saída por meio de assembleias alternativas, soube entender o peso da identidade e dos interesses nacionais no processo de industrialização emergente, em um quadro mundial em que os Estados ressurgiam com força; ao contrário dos partidos de esquerda – em particular o Partido Comunista, o mais importante deles. Este manteve a linha da Internacional Comunista, de classe contra classe, subestimando o peso que a questão nacional passaria a ter em países como o nosso, na periferia capitalista.

A Revolução de 1930 deu início ao que seria o movimento popular brasileiro nas décadas seguintes; um movimento centrado no nacionalismo como ideologia, em um bloco de forças entre o empresariado brasileiro, o movimento sindical urbano, e as classes médias, comandadas pelo novo Estado brasileiro, o primeiro Estado com dimensão e ideologia nacional. Pela primeira vez, o Brasil se pensava como nação e dispunha de um projeto nacional.





O modelo hegemônico introduzido pela Revolução de 1930 pode ser caracterizado como um modelo nacional-estadista, no qual o impulso ao desenvolvimento foi centrado, fundamentalmente, no Estado e na industrialização. A organização das classes fundamentais emergentes – empresariado nacional, classes médias e movimento sindical urbano – era articulada pelo Estado, incentivador da unidade corporativa desses setores, mas que, ao mesmo tempo, vetava sua constituição política, então regida pela liderança de Getúlio Vargas.

Essa orientação, aliada à visão classista da esquerda – em particular do Partido Comunista –, provocou certo distanciamento entre a esquerda partidária organizada e o movimento nacionalista. Num segundo momento, nos anos de 1940, aproximaram-se a ponto de marcar a identidade da esquerda por algumas décadas.

A postura do nacionalismo brasileiro (e latino-americano) diante do liberalismo foi outro elemento essencial para definir a identidade do campo popular. Na Europa, o liberalismo foi a ideologia da burguesia ascendente, que lutava pela livre circulação de mercadorias e contra as travas feudais, sobretudo em relação à compra e à venda livres da terra e da força de trabalho. Já o nacionalismo assumiu um caráter egoísta, advindo da suposta superioridade de uma nação sobre a outra, ideia profundamente explorada nas duas guerras mundiais, como expressão das contradições interimperialistas.

Na periferia do sistema – em particular, na América Latina e no Brasil –, o liberalismo foi a ideologia do bloco primário-exportador, cujos interesses se fundamentavam no livre-comércio de exportação e importação. Centrava-se no liberalismo econômico, este não necessariamente alinhado ao liberalismo político.

A dominação externa, colonial e imperialista, caracterizou nossa inserção no mercado internacional. Aqui o nacionalismo manteve um caráter de resistência à exploração externa. Foi antiliberal no plano econômico para proteger o mercado interno e fomentar a industrialização nacional. Do mesmo modo, foi antiliberal no plano político – nos casos mais conhecidos, de Getúlio





Vargas e Juan Domingo Perón³ –, estabelecendo a predominância da unidade em torno da nação e do Estado em contraposição ao sistema de partidos, o qual consideravam que dividiria a nação.

Essa posição do nacionalismo latino-americano fez com que se dissociassem as questões nacional e social – fortemente reivindicadas por ele – e a questão democrática, que, sob a forma liberal, ficou nas mãos da direita. O movimento popular, especificamente no caso brasileiro, assumiu a bandeira nacionalista e social, constituída por uma aliança de classes entre o grande empresariado nacional, setores das classes médias e o movimento sindical urbano. A direita buscou opor-se a essa perspectiva, fundada em visões democrático-liberais.

O processo de sindicalização deu início ao de organização popular, mas restringiu-o apenas aos setores dos trabalhadores urbanos. Por não tocar na estrutura agrária, terminou por perpetuar o poder do latifúndio, que perdera sua hegemonia para a burguesia industrial ascendente. Isso causou a separação entre o destino dos trabalhadores do campo – uma imensa maioria de mão de obra – e o dos urbanos, favorecendo a continuação da emigração do campo para as cidades.

No segundo período do pós-guerra, a estratégia hegemônica da esquerda se assentava na luta contra o latifúndio e o imperialismo, buscando desbloquear o desenvolvimento econômico, ao considerar que as travas externas e rurais seriam os obstáculos centrais à modernização industrial, ao desenvolvimento econômico e social do país e à afirmação da sua identidade nacional. Essa estratégia considerava que haveria uma primeira etapa de luta nacional e democrática, até que se criassem as condições para uma luta anticapitalista.

Foi um período de extraordinários avanços no desenvolvimento econômico do país, na construção do Estado nacional, na conquista dos direitos sociais da população e na elaboração de uma ideologia nacionalista.

³ Juan Domingo Perón foi militar e político argentino, presidente de seu país por duas vezes, de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974.





Uma série de fatores coincidentes proporcionaram essa conjuntura favorável. Em primeiro lugar, a recessão internacional e o refluxo dos investimentos estrangeiros, favorecendo a estratégia de industrialização pela substituição de importações; em segundo, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia. Esse período coincidiu igualmente com o maior ciclo longo expansivo do capitalismo internacional, do qual a industrialização de países da periferia como o Brasil, a Argentina e o México fizeram parte. Assim, de 1930 a 1954, abriu-se um espaço *sui generis* para o desenvolvimento econômico nacional, funcional ao ciclo expansivo internacional.

O fim da Guerra da Coreia representou um substancial retorno dos investimentos estrangeiros, particularmente os norte-americanos, estabelecendo o fechamento do ciclo fortemente nacionalista no Brasil e na Argentina – não por acaso Getúlio Vargas caiu em 1954, e, em 1955, Juan Domingo Perón foi deposto. Na metade da década de 1950, chegaram os investimentos na indústria automobilística, que trouxeram consequências ao caráter do desenvolvimento econômico, assim como no plano das forças sociais e do próprio Estado. Eles mudaram o rumo do desenvolvimento econômico, objetivo central do modelo dominante, mas o capital estrangeiro foi deslocado para o desenvolvimento econômico – em particular para a indústria automobilística, o eixo da economia.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o desenvolvimento passou a priorizar o caráter nacional. Nele, a composição da classe operária se viu alterada, com a migração maciça de trabalhadores nordestinos para a indústria privada – prioritariamente paulista – em detrimento da busca por empresas estatais e pelo epicentro econômico e social representado pelo Rio de Janeiro.

No entanto, o movimento popular continuou se fortalecendo por meio da influência da sindicalização realizada nas cidades e, embrionariamente, no campo. A polarização política dava-se entre os mesmos blocos, sem refletir ainda a expansão da presença do capital estrangeiro no país, a qual se fez sentir fortemente quando se intensificaram as articulações para o golpe militar.





A derrota do candidato que daria continuidade ao programa getulista – o general Henrique Batista Teixeira Lott – deslocou o bloco dominante. Porém a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, proporcionou a João Goulart a oportunidade de ocupar a Presidência e retomar o projeto de Getúlio Vargas numa versão mais popular – com base nas teorias do economista Celso Furtado, em torno das “reformas de base”, a formulação mais articulada do projeto do movimento popular naquele período. As medidas anunciadas por Jango em seu último comício – em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro – tomavam esta direção: o início do processo de reforma agrária e a limitação da remessa de lucros para o exterior.

O movimento popular brasileiro atingiu seu auge em termos de mobilização, representado pela extensão e pela diversidade de suas forças e manifestações. Havia um governo com um projeto de reformas estruturais da economia, um movimento sindical forte, estendendo-se dos centros urbanos ao campo, passando a incorporar funcionários públicos e setores das Forças Armadas, grande capacidade de mobilização e combatividade do movimento estudantil, criatividade inédita no conjunto da expressão artística – cinema novo, bossa nova e teatro político, entre outros. O golpe de 1964 abateu, de forma brutal e direta, todas as manifestações populares e democráticas acumuladas no país.

O golpe revelou que a grande burguesia brasileira preferia apoiar a ruptura da democracia para consolidar sua aliança com o grande capital internacional e o latifúndio, ao contrário de se aliar ao movimento popular. Abandonou a bandeira democrática – em nome da qual pregou e apoiou o golpe e a ditadura – e unificou seu auxílio ao novo regime e suas políticas econômicas antinacionais.

O golpe militar foi uma das maiores rupturas vividas pela história brasileira, pois teve um caráter claramente regressivo. O movimento popular brasileiro havia chegado ao seu momento de maior força entre as massas, com as direções políticas de caráter nacional que havia construído, com força ideológica e algum destaque na ocupação de cargos no governo, especialmente em nível nacional.





A ditadura golpeou profundamente o campo popular em todas as suas formas: dos sindicatos urbanos aos rurais, das universidades às escolas básicas, dos intelectuais aos artistas, dos jornais cotidianos às revistas, dos parlamentares progressistas aos juízes, das editoras de livros aos teatros e aos produtores de cinema, dos militantes aos simpatizantes da esquerda. Quebrou-se o eixo do campo popular, assim como suas extensas raízes de massa, instalando-se, pela primeira vez em muitas décadas, um Estado antipopular.

As lutas populares no Brasil foram obrigadas a encarar um novo desafio, o de enfrentar a ditadura, a dominação externa, as oligarquias internas e ainda reivindicar a questão democrática.

DA DITADURA À DEMOCRACIA

A ditadura militar mudou radicalmente o perfil do movimento popular progressista do país. Passou-se a não contar com as organizações de massa legais, tendo de computar a repressão sistemática a qualquer forma de organização – sindical, estudantil, camponesa, cultural. Batalhou-se pela questão democrática – a luta contra a ditadura era o mote para unificar amplos setores afetados pela repressão. Ao mesmo tempo, havia o desafio de encontrar meios de atuar diante do fechamento dos espaços de luta nos planos econômico, social, político e cultural. As formas de luta apareciam como questão a ser resolvida com cautela.

A primeira reação da oposição à ditadura foi a de impulsionar a luta clandestina, que acabou, aos poucos, ensejando uma proposta de saída radical da ditadura, centrando suas formas de luta nas ações armadas – de forma paralela às guerrilhas em Cuba e de sua proliferação em outros países do continente, especialmente a Venezuela, o Peru e a Guatemala, concomitantemente com a resistência dos vietnamitas à invasão norte-americana. O movimento estudantil apareceu ativamente na resistência à ditadura, enquanto as esquerdas desenvolviam debates sobre a natureza do golpe e o novo período político e sobre as formas de luta e seus objetivos, com forte influência da Revolução Cubana.





Na primeira etapa, sem movimento social organizado, diante da brutalidade da repressão militar, a reorganização do movimento popular progressista se concentrou em núcleos guerrilheiros. Eles conseguiram, valendo-se do fator surpresa, assestar bons golpes na ditadura – entre sequestros e troca de prisioneiros, desvios de aviões e outras ações armadas. Passado o efeito surpresa, com o movimento de massas desorganizado, sofrendo os duros golpes da repressão e das políticas econômicas da ditadura, o movimento guerrilheiro acabou cercado e derrotado. Concluía-se a primeira fase da luta de resistência à ditadura.

Apoiada na repressão política e econômica, na abertura da economia e na atração de capitais estrangeiros, a ditadura lograva retomar a expansão econômica, embora com forte contenção do consumo popular, concentrando a realização no consumo das elites e na exportação.

A segunda fase da luta de resistência abriu espaço para a oposição legal. O movimento de massas encontrou um novo caminho a partir da resistência do sindicalismo metalúrgico da região do ABC paulista, que, através da mobilização de milhares de trabalhadores, conseguiu quebrar a política de arrocho salarial da ditadura, vigente durante quase uma década e meia. Esse consistente movimento de trabalhadores suscitou ampla solidariedade e projetou novas lideranças populares – Lula foi um dos líderes mais expressivos. Novos movimentos surgiram: de mulheres, negros, indígenas, de luta contra a carestia e das Comunidades Eclesiais de Base, entre outros, configurando a nova fisionomia do movimento social brasileiro.

Emergiam assim duas vertentes de oposição à ditadura e de luta contra a ditadura. Uma apresentava caráter legal, institucional, era hegemônica por uma concepção democrático-liberal de restauração dos marcos políticos do regime democrático, com um projeto de reformas econômicas estruturais, e era centrada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que, depois, viria a constituir o partido político de mesmo nome (PMDB). A outra tinha um projeto de construção de uma democracia com caráter





social, fundado nos novos movimentos sociais, liderados pelo sindicalismo de base.

A primeira foi claramente hegemônica: durante muito tempo, abrigou quase todas as correntes opositoras. Os novos movimentos sociais foram os grandes protagonistas da luta de massas, o que conferiu a eles uma característica popular de resistência à ditadura, enquanto a corrente legal, parlamentar, assumia um caráter democrático.

A luta contra a ditadura desembocou na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e, posteriormente, pela eleição direta para presidente. A hegemonia do setor democrático-liberal foi-se consolidando ao longo da década de 1970, à medida que o fim da ditadura foi se configurando como um processo político institucional, de caráter eleitoral. As duas campanhas uniram forças sociais e políticas, permitindo a constituição de uma ampla força democrática que ensejou o período da transição. A hegemonia era, no entanto, do bloco democrático-liberal.

O tom diferenciado do movimento popular era sua ênfase nas reivindicações sociais, não só nas transformações políticas, com o fim da ditadura. Dessa forma, as duas correntes se fortaleciam sob o influxo da luta antiditatorial – uma dando prioridade à esfera política, a outra enfatizando a esfera social.

Foi um período de fortalecimento do movimento social e do campo popular, em que houve a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da mobilização popular que precedeu a Assembleia Constituinte – uma expressão da força então adquirida pelo movimento democrático. A campanha pelas eleições diretas, as mobilizações sindicais e dos trabalhadores sem terra revelavam como a luta de resistência à ditadura mantinha a iniciativa com grande respaldo popular.

As mobilizações populares no Brasil em torno das eleições diretas para presidente da República trouxeram uma força surpreendente. A derrota do projeto almejado, porém, abriu ca-





minho para um novo pacto da elite, em que tanto setores da oposição quanto outros originários da ditadura se uniram para escolher, em 1985, o mineiro Tancredo Neves como seu candidato, considerado mais moderado que Ulysses Guimarães – na ocasião o líder da oposição democrática. Tancredo Neves foi apoiado por José Sarney, que, até pouco tempo antes, presidia o partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Configurou-se desse modo a natureza da democracia nascente: um híbrido entre o novo e o velho.

O governo Sarney (1985-1990) foi marcado pelas condições do seu surgimento, limitou a transição à democracia: a uma transformação apenas na esfera político-institucional. Assim, a democratização não assumiu caráter econômico, social e cultural.

O período terminou desembocando na primeira eleição direta para presidente da República. Nessa ocasião, durante o governo Sarney, a polarização ditadura-democracia foi superada, o que permitiu ao candidato da direita, Fernando Collor de Melo, inserir na agenda a desqualificação do Estado e da regulação econômica. Era a primeira versão do projeto neoliberal no Brasil. O desempenho de Lula, nas eleições de 1989, fez o campo popular acreditar que suas bandeiras essenciais – ética na política e justiça social – constituiriam as propostas fundamentais da plataforma da esquerda. Mas o tema da crise fiscal do Estado e da luta contra a inflação começou a projetar-se, tomando a esquerda de surpresa.

A campanha pelo *impeachment* de Collor, em 1992, confirmou a vigência do tema da ética na política. A campanha eleitoral de 1994 trouxe as Caravanas da Cidadania de Lula e a centralidade no tema da justiça social, e a escolha de José Paulo Bisol para vice-presidente na chapa então formada complementou os dois eixos da plataforma opositora.

A esquerda foi pega de surpresa porque – como o entorno latino-americano demonstrara – a hegemonia neoliberal crescia de forma avassaladora na região. Depois de começar a campanha como favorito, o candidato Lula foi atropelado, em 1994, pelo Plano Real e pela candidatura de FHC. O candidato tucano conse-





guiu impor como tema central a luta contra a inflação (vista como imposto aos pobres e desorganizadora da economia), retomou os temas de Collor de forma mais coerente e articulada, para triunfar e fechar o período de transição democrática, no qual a hegemonia neoliberal saiu vitoriosa.

NEOLIBERALISMO: A DEFENSIVA DO CAMPO POPULAR

A hegemonia do modelo neoliberal consolidou o acúmulo de fatores regressivos em escala mundial. Foram representados, em particular, pela passagem de um mundo bipolar a um unipolar, sob a hegemonia imperial norte-americana, e pela transição de um ciclo longo expansivo em escala mundial para um ciclo longo recessivo no Brasil e em outros países que passaram por ditadura militar. A hegemonia global do modelo neoliberal consolidou essa relação de elementos desfavoráveis às forças democráticas e populares.

No Brasil, o modelo neoliberal demorou para chegar, porque o forte impulso democratizador não apenas favoreceu o fortalecimento do campo popular e de suas organizações como desembocou no preparo da nova Constituição Federal, promulgada em 1988. Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), ressaltou que a Carta era uma “Constituição cidadã”, um documento de afirmação de direitos expropriados pela ditadura e da instituição de outros novos. Logo uma proposta que a incluía na contramão do neoliberalismo, por si mesmo a expressão de uma brutal máquina de expropriação de direitos.

Conforme apontado anteriormente, o governo José Sarney limitou a redemocratização ao plano político-jurídico. Faltou entendê-la aos campos econômico, social e dos meios de comunicação. Seu governo esgotou o impulso democratizante de tal modo que permitiu a Collor – um político vinculado originalmente à ditadura – impor outra polarização, que não aquela entre democracia e ditadura: a do mercado *versus* Estado. Esta tornou-se tema central e assim começou a ser construída a hegemonia neoliberal





no Brasil, quando ela já se impunha abertamente no México, na Argentina e no Chile, revelando a força de uma onda destruidora.

A queda de Collor interrompeu a primeira tentativa de imposição do modelo neoliberal. No entanto, o novo consenso estava instalado, criminalizando o Estado e suas formas de regulação. A nomeação de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Economia do governo de Itamar Franco e sua posterior eleição como presidente, permitiram consolidar esse consenso, mediante o Plano Real. Seu objetivo era, como citado anteriormente, “virar a página do getulismo” – nas palavras do presidente tucano – e instaurar a era neoliberal no Brasil.

A esquerda ficou presa à sua plataforma tradicional – políticas sociais e ética na política –, sem atacar os temas da crise de um Estado historicamente esgotado e sem propostas para um novo modelo econômico. A direita ofereceu a sua solução à crise, tornando o Estado alvo das transformações, por meio da desregulamentação da economia: privatizações, abertura econômica, precarização das relações de trabalho, enfraquecimento do Estado, e substituição do tema do desenvolvimento pelo da estabilidade monetária, entre outros.

Os movimentos populares passaram diretamente à defensiva, vítimas privilegiadas das novas políticas, mediante o enfraquecimento das políticas sociais, a cassação de direitos sociais, a elevação contínua do desemprego e do subemprego e o ataque aos movimentos sociais e a toda forma de oposição. À esquerda se impôs o dilema de defender um Estado falido ou somar-se às políticas de mercado. Uma situação claramente deslocada, com perda de iniciativa, centrada na resistência a um projeto que se apresentava como modernizador e ofensivo contra privilégios. A esquerda ficou relegada a defender um modelo esgotado, a resistir às modernizações sem dispor de projetos alternativos.

Foi outra virada de proporções históricas, de certa forma tão regressiva quanto o golpe militar. Com isso, houve dois períodos de recuo quase seguidos em poucas décadas. A isso se devem somar as transformações, na mesma direção, no cenário interna-





cional e continental, para finalizar num quadro bastante negativo para o campo popular.

Ao mesmo tempo, a postura defensiva significou assumir uma situação de confessa inferioridade, enfrentar a agenda do campo inimigo, a perda de iniciativa e a urgência de construir uma agenda própria. No Brasil, a resistência popular teve um papel essencial, ao colocar limites à plena realização dos projetos neoliberais. Primeiro, derrubando Collor, atrasando os programas neoliberais e, no governo FHC, impondo limites aos processos de privatização. O atraso no processo neoliberal brasileiro também contribuiu para torná-lo tardio – FHC triunfa no mesmo ano da primeira grande crise neoliberal no continente, a mexicana – e incompleto.

Depois de amplo apoio nacional, ao caracterizar a inflação como “um imposto aos pobres” e o Estado como problema, não como solução, o governo FHC foi perdendo apoio até não se recuperar da crise de 1999, da qual a própria economia não se recompôs até o final do seu governo. Os dois mandatos de FHC terminaram em derrota eleitoral. Contudo conseguiu mudar a agenda nacional, incorporando temas como a estabilidade monetária na agenda consensual, além de contribuir para acentuar os elementos pertinentes ao novo modelo: o modo de vida norte-americano, com seu centro no consumo, o individualismo possessivo correspondente, a desqualificação da organização social e política, dos partidos e da esfera estatal. Ao final da década neoliberal, o Brasil era outro.

O GOVERNO LULA OU A QUEBRA DO CONSENSO NEOLIBERAL

A eleição de Lula em 2002 foi produto do fracasso do governo FHC e da consequente rejeição a ele, da resistência dos movimentos populares e da sua capacidade política de capitalizar esses fatores e finalmente ser eleito presidente. Isso não ocorreu no auge de um grande ciclo de mobilizações populares. Os movimentos populares, duramente golpeados pelas políticas neoliberais – sobretudo o desemprego e a precarização laboral –, pelos ataques





ideológicos, políticos e repressivos contra as mobilizações de massa e as suas organizações e pelas viradas ideológicas na sociedade brasileira, haviam passado a uma situação de relativo refluxo.

Apesar disso, Lula não havia se transformado em favorito para ganhar as eleições, sendo superado, sucessivamente, por Roseana Sarney e por Ciro Gomes até que a crise da candidatura destes deixou em aberto a herança de votos, disputada entre Lula e Serra. Foi o momento em que a “Carta aos Brasileiros” – tentativa de debelar o ataque contra o Brasil, feito pelos capitais especulativos – e o “Lulinha paz e amor” conseguiram fazer Lula ultrapassar o patamar histórico de votos do PT – pouco mais de 30% – para atingir a cifra que lhe permitiu vencer.

Foi, sem dúvida, uma vitória com base na rejeição do governo FHC. Entretanto, o governo Lula recebeu como herança não apenas a dura situação econômica mas também consensos nacionais forjados por anos de neoliberalismo. Sua incorporação, com a “Carta aos Brasileiros”, foi herança desse consenso.

O governo Lula manteve alguns elementos das políticas do governo anterior e rejeitou outros, configurando um quadro contraditório. Na sua primeira fase, primaram os elementos de continuidade, mantendo-se um rígido ajuste fiscal, que possibilitou os superávits primários e a independência de fato do Banco Central. O governo assumiu formas contraditórias. Adotou políticas sociais e política externa claramente inovadoras e, ao mesmo tempo, manteve tanto a política econômico-financeira como a política agrícola tradicional.

O campo popular elegeu um governo diretamente vinculado a ele, porém refletindo suas contradições e a do período político no qual se vivia. Dois momentos foram traumáticos para as relações do governo com sua base popular de apoio. O primeiro deles ocorreu quando houve a reforma da Previdência, praticamente a primeira iniciativa política do governo que se chocou diretamente com as posições do movimento social organizado. Isso se deu no marco do ajuste fiscal, na primeira fase do governo, em que os contingenciamentos de recursos freavam a realização das políticas sociais em favor da estabilidade monetária, refletida nos superávits primários.





O segundo momento foi a crise de 2005, em que, sob acusações de uso de recursos para a compra do apoio de aliados, o governo chegou ao risco de sofrer *impeachment* e assim terminar precocemente a primeira experiência de governo popular em mais de quatro décadas. Isso sem ter sequer saído do modelo econômico herdado.

O governo foi resgatado pelas políticas sociais e pelo apoio popular. Isso lhe permitiu não apenas superar a crise mas também conquistar a reeleição em 2006 com apoio superior a 80% e rejeição de 5% – FHC tinha 18% de apoio –, apesar de praticamente toda a imprensa feroz combater sistematicamente sua reeleição.

O governo Lula representava uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumiram projetos de unidade e desenvolvimento nacional, com intenso enfoque nas políticas sociais. Cruzado por uma série de contradições, agora produto direto da era da globalização neoliberal, o governo Lula enfrentou tantas dificuldades quanto aqueles governos anteriores. O povo brasileiro mudou, o campo popular também, e o próprio Brasil é outro. Mas há uma linha de continuidade que permite dizer: a luta de hoje é, essencialmente, a mesma iniciada há oito décadas, quando o Brasil contemporâneo começou a ser construído.

A construção de um projeto de nação e de sociedade é um processo em curso, entrecortado por longos períodos de desarticulação do Estado, de fortalecimento dos interesses externos na nossa economia, de predomínio dos interesses privados no interior do Estado, de importação de formas de vida alheias e de estilos oligárquicos e ditatoriais de forjar a opinião pública.

Pode-se dizer que as forças que levaram Getúlio Vargas ao suicídio, que golpearam o governo Jango e, hoje, se opõem ao de Lula são as mesmas forças de direita, aquelas hegemônicas durante a ditadura militar e promotoras do neoliberalismo no Brasil. Sobrevivem porque são os mesmos que ganham com a





hegemonia do capital financeiro, com o agronegócio, com a mídia oligárquica.

Também podemos afirmar que o povo trabalhador é o mesmo. Os negros escravos formaram a primeira geração dos trabalhadores brasileiros. A segunda foi constituída por imigrantes europeus, pobres, lutadores sociais. A terceira, por nordestinos que migraram para as cidades do Sul e Sudeste, expulsos pela violenta e cruel estrutura agrária brasileira, beneficiária da ausência de reforma agrária.

Hoje, em resumo, o futuro do povo brasileiro e do Brasil está em uma encruzilhada, que dependerá de duas condições: se o governo Lula será um parêntese na dominação das elites tradicionais – as mesmas que fizeram com que o Brasil configurasse na lista dos países mais injustos e desiguais do mundo – ou uma ponte que abrirá caminho para a saída do modelo neoliberal. Se vencedora a última possibilidade, teremos o início da real construção de um país democrático econômica, social, política e culturalmente. Enfim, um país para todos – na continuidade da luta que terá nos conduzido de Getúlio a Lula.

O Brasil mudou e mudou para melhor. Nem por isso o governo Lula conseguiu resolver todos os principais problemas herdados. Não se furtou, todavia, em lançar os problemas fundamentais a serem resolvidos: a hegemonia do capital financeiro, o modelo agrícola e a ditadura da mídia privada. Nas eleições de 2010, será decidido não apenas o nosso futuro imediato mas a fisionomia que terá a sociedade brasileira em toda a primeira metade do século XXI. Cabe ressaltar novamente as duas opções: o retorno das elites tradicionais, responsáveis por terem feito do Brasil “um dos países com mais desigualdade e injustiça do mundo”, ou o aprofundamento das transformações que levem à construção de um Brasil para todos – democrático, diverso, solidário e soberano.

